

Gros apresenta amanhã novo plano aos credores

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, apresentará um esboço do plano econômico de dez pontos em elaboração pelo governo ao se reunir com os banqueiros credores do Brasil em Miami, Flórida, à margem da assembléia geral de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que será inaugurada amanhã.

As linhas básicas do programa foram discutidas ontem numa reunião entre o presidente do Banco Central e os membros da delegação brasileira que seguirá para Miami. Com a saída de João Sayad do Ministério do Planejamento, o governador junto ao BID passou a ser o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, mas quem chefiará a delegação brasileira é o governador substituto, Francisco Gros.

Pontos básicos

Os pontos básicos do esboço de programa a ser apresentado aos banqueiros, com a ressalva de que a aprovação definitiva dependerá de ato do presidente da República, são:

1) — Limitação do crescimento econômico, este ano, a 3 ou 4%, contra 8,3% em 1985 e 8,2% em 1986. Contudo, a partir de 1988 o Produto Interno Bruto (PIB) voltará a crescer às taxas históricas de 6 a 7% ao ano.

2) — Política monetária restrita para manter a liquidez sob controle, evitando-se expansões imoderadas dos meios de pagamento e da base monetária. Não se fixou, no

entanto, uma meta de variação dos dois indicadores este ano.

3) — Política cambial que estimule as exportações. A correção cambial permanecerá alinhada à inflação medida pelo IPC, sem descontar a inflação externa.

4) — Política antinflacionária tendente a conviver com taxas decrescentes de inflação, absorvíveis pela economia com a ajuda da reindexação e da correção monetária. Contudo, não foi fixada uma meta inflacionária para este ano.

5) — Política salarial que garanta o poder aquisitivo, com proteção especial para os salários de um a cinco mínimos, mas com aumentos reais limitados aos índices de produtividade para evitar a disputa preços-salários.

6) — Controle do déficit público, de modo a mantê-lo, este ano, no nível máximo de 1,5% do PIB.

7) — Redução dos dispêndios do setor público, inclusive das despesas de custeio e de investimentos das empresas estatais. A intenção é manter, este ano, um déficit das estatais igual a zero em comparação com o PIB.

8) — Eliminação gradual dos subsídios ao consumo (trigo, álcool, etc.), à produção (energia elétrica) e ao crédito (agricultura, exportações) e definição de regras estáveis de concessão eventual de subsídios pelo Congresso.

9) — Estímulo à poupança privada, com o propósito de elevar o nível de investimentos, de 19% do PIB o ano passado para 23% este ano. O mecanismo principal será o

Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) que aplicará, até o final do ano pelo menos Cz\$ 120 bilhões em investimentos públicos e privados, inclusive Cz\$ 20 bilhões nas pequenas e médias empresas.

10) — Liberação gradual do sistema de preços, de tal forma que, a partir de certo período, ainda não definido, o controle será mantido apenas sobre os preços oligopolizados, afastando-se, em definitivo, qualquer possibilidade de um novo congelamento.

Sem o FMI

Nas conversas com os banqueiros em Miami, o presidente do Banco Central reiterará a disposição do governo brasileiro de não submeter o programa ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), embora não crie obstáculos a uma eventual análise do seu conteúdo por parte do Fundo e a consequente apreciação pelo board, como uma espécie de "sinal verde" para as negociações do refinanciamento da dívida.

Contudo, a questão mais urgente em Miami é obter, dos banqueiros, uma resposta ao pedido de prorrogação, por prazo indeterminado, das linhas de crédito de curto prazo, interbancárias e comerciais, que somam US\$ 15,6 bilhões. O sentimento, hoje, no governo, é de dúvida quanto a essa prorrogação formal, mas de certeza de que não haverá um cancelamento puro e simples. O governo acredita que elas serão mantidas em caráter informal, embora com dificuldades localizadas para sua liberação e um aumento do seu custo.